



ATA Nº178 / 2022

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARTA DE PORTUZELO

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo, nesta freguesia de Santa Marta de Portuzelo e no edifício da Junta de Freguesia, com a presença de todos os elementos, conforme convocatória elaborada pelo seu Presidente, em sessão ordinária, estando ainda presente o Presidente, a Secretária e o Tesoureiro do Executivo. Tendo a presente a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Período antes da ordem do dia;

Ponto 2: Informação do Presidente da Junta;

Ponto 3: Apreciação, discussão e votação do Relatório de Atividades e dos documentos de Prestação de Contas relativas ao ano 2021;

Ponto 4: Apreciação e avaliação do Inventário de Bens;

Ponto 5: Discussão e votação da alinação do terreno do cemitério;

Ponto 6: Discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o mandato 2021-2025;

Ponto 7: Intervenção do público;

Ponto 8: Votação da ata em minuta.

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia, Pedro Quesado da Rocha, cumprimentando todos os presentes e valorizando o facto de esta ser a primeira Assembleia sem restrições, após dois anos de pandemia.

Ponto 1: Período antes da ordem do dia

Informou ainda que lhe fizeram chegar um voto de louvor, mas que antes iria colocar a ata da assembleia anterior a votação e, uma vez que a mesma foi enviada no passado dia 20 de abril e não tendo a mesa recebido até ao momento qualquer comentário ou pedido de alteração, propôs que a mesma não fosse lida, apenas votada se todos concordarem.

Tomou a palavra Orlando Lopes Parente Antunes, em representação da bancada da Coligação PSD/CDS, e indicou que não iriam proceder à votação da ata favoravelmente por não concordarem com o que estava descrito, nomeadamente em relação à sua intervenção, pois não refletia, para efeitos de memória futura, na integra o que tinha sido dito na Assembleia. Referiu que conforme o artigo 52º do regimento a ata deve ser um resumo da Assembleia, lamentando que o relator tenha feito uma redação e não um resumo. Foram dados alguns exemplos sobre os quais não concordava, pela utilização de alguns adjetivos que indica que, na sua opinião, não devem ser utilizados numa ata. Indica que em momento algum indicou algum tema como sendo o mais importante e acrescenta que num outro ponto da ata, a propósito do concurso “Compre no Comércio Local, o relator indicou leitura da legislação não referindo qual. Entende que a mesma deve ser referida porque é importante para que no futuro quem ler a ata perceba porque foi referida a legislação. Solicita ainda que deve ser feito um resumo do que foi dito na reunião e não um resumo daquilo que, quem redigiu a ata, entende que deve ficar em ata.

O Presidente da Assembleia, Pedro Quesado da Rocha, indicou que registou as observações feitas e deixou a seguinte nota para que no futuro as coisas fossem de outra forma: indicou que todos os membros receberam a ata no passado dia 20 de abril e pediu que a lessem com atenção e caso entendessem haver alterações a fazer que se manifestassem, lamentando terem-no feito só na Assembleia, não obstante terem toda a legitimidade para o fazer.

O Orlando Lopes Parente Antunes, da coligação PSD/ CDS, pediu a palavra indicando que em quatro dias não tem disponibilidade para fazer uma correção exaustiva à ata. Se fosse uma correção pontual teria todo o gosto em

sinalizá-las, mas considera que não se trata só de correções pontuais. Pede que a mesa seja mais pormenorizada, à semelhança das Assembleias anteriores, onde as atas refletiam quase virgula por virgula o que foi dito.

Tomou a palavra, o Presidente da Assembleia, Pedro Quesado da Rocha, para referir que todos os membros receberam a ata há oito dias e não quatro, conforme definido no regimento. Voltou a referir que as observações que foram feitas foram registadas e acrescentou, uma vez que fez referência ao passado, acrescentou que há gente na sala que num passado mais longínquo só tinha conhecimento da ata no próprio dia e num passado mais recente há gente que teve conhecimento de algumas só no dia anterior. Continuou dizendo que temos a humildade suficiente para reconhecer que a mesma pode ter incorreções, daí ter sido dada oportunidade aos membros, tanto da bancada da coligação PSD/CDS e da bancada do PS para se manifestarem. Assim o Presidente da Assembleia, decidiu adiar a votação da ata para a próxima Assembleia, até porque as deliberações tomadas na Assembleia anterior adquiriram eficácia com a aprovação da ata em minuta e solicitou à bancada da coligação PSD/CDS que lhe fizessem chegar por escrito as alterações que entendem como corretas.

Orlando Lopes Parente Antunes, da coligação PSD/ CDS, referiu que farão chegar desde que a ata seja redigida como uma ata e não uma redação daquilo que o relator entende que foi o que se passou na reunião e não aquilo que foi dito pelos intervenientes.

O Presidente da Assembleia, Pedro Quesado da Rocha, informou que entre o período da última Assembleia e esta, foram recebidos dois pedidos pelo Sr. Presidente da Junta a solicitar ajuda aos membros da Assembleia para darem apoio no acondicionamento dos bens para enviar para a Ucrânia e para participarem na iniciativa Santa Marta Limpa, agradecendo a todos os que colaboraram nestas atividades.

Solicitou a Sílvia Isabel Cruz da Silva, da bancada do PS, a leitura do voto de louvor rececionado. O voto de louvor encontra-se em anexo a esta ata.

Procedeu-se à votação do voto de Louvor à atela Marta Lisboa Araújo proposto pelo Partido Socialista, tendo sido aprovado por unanimidade.

Continuando, o Presidente da Assembleia, Pedro Quesado da Rocha, questionou se alguém se queria inscrever para a realização de qualquer tipo de questões sobre assuntos da administração da Freguesia ou apreciação de assuntos de interesse local. Inscreveram-se dois membros da bancada da coligação PSD/CDS e dois da bancada do PS.

Tomou a palavra Orlando Lopes Parente Antunes, da bancada do PSD/CDS que após cumprimentar todos os presentes, indicou que pretendia dar nota de quatro pontos que lhe parecem importantes, alguns esclarecimentos por parte do Sr. Presidente da Junta e outros relacionados com a dinâmica da freguesia. Questiona o Sr. Presidente da Junta acerca do pedido, feito na última Assembleia, da cópia do contrato da adjudicação à empresa responsável pela iluminação natalícia, indicando que logo que tenha disponibilidade o fizesse chegar à bancada da coligação PSD/CDS. Também na última Assembleia falou da atividade “Viana é Natal” e “Compre no Comércio Local”, assunto que pretende dar por encerrado o mais breve possível, e que numa publicação do facebook a Junta de Freguesia indica que, após análise da legislação, verificou-se que não tem enquadramento jurídico para levar a cabo esta atividade, mas que na sua opinião e dos colegas de bancada a Junta de Freguesia tinha e tem enquadramento jurídico para promover aquele concurso. Sendo assim, pede que lhes disponibilizem o parecer sobre esta matéria, caso exista, que sustenta esta informação sob pena da afirmação feita no post não retratar a verdade sobre este assunto. Disse também que o Sr. Presidente da Junta ficou de questionar a Associação Empresarial de Viana do Castelo sobre o fato das empresas de Santa Marta não constarem na lista de lojas aderentes ao concurso e que lhes ficou de dar uma resposta.

Indicou que tem participado em todas as reuniões do executivo, com exceção da última, datada de sete de fevereiro, e, que após ler a ata, verificou que o Sr. Presidente informou que irá exercer funções a meio tempo, com efeitos a um de janeiro, mas questiona se os santamartenses saberiam que tinham um Presidente da Junta a meio tempo desde o dia 1 janeiro. Não está em causa a legitimidade de exercer as funções a meio tempo e acredita que a decisão do Sr. Presidente não quis de modo algum prejudicar o erário público, mas não

entendem a decisão de retroagir até um de janeiro, sendo esta decisão, na opinião da bancada PSD/CDS, moralmente condenável.

Continuou dizendo que nesta mesma reunião do executivo o Sr. Presidente informou sobre o seu horário de trabalho, mas a informação deveria ser mais clara e precisa perante os santamartenses, pedindo esclarecimentos.

Por último, deu nota que tiveram conhecimento antes da reunião, por um artigo publicado no jornal Aurora do Lima, que a Junta de Freguesia irá dar apoio no preenchimento da declaração do modelo 3 do IRS para maiores de 65 anos. Considera que a ideia não é original e entende que mais uma vez foi motivo para ser feita publicidade ao executivo por parte do autor da notícia. Questionou qual foi o regime jurídico de contratação destes serviços, supondo que será prestado por um contabilista certificado, questionou quem o está a prestar e a que título foi efetuado a contratação pública deste serviço.

Tomou a palavra, Sílvia Isabel Cruz da Silva, da bancada do PS, que após cumprimentar os presentes, disse que a bancada do Partido Socialista se congratula, pelas atividades desenvolvidas nos últimos meses. Começou por destacar o concurso “Viana é Natal” e agradeceu à Associação Empresarial de Viana do Castelo pela inclusão dos comércios da freguesia no concurso. Referiu que teve conhecimento pela comunicação social, que um dos vouchers foi atribuído num comércio santamartense e questionou se há informação do destino dado ao mesmo, nomeadamente se foi utilizado nesse comércio.

Enalteceu a campanha de recolha de bens para a Ucrânia em parceria com a Câmara Municipal e demais instituições. Disse que mais uma vez a população demonstrou a generosidade que a caracteriza e que já tinha sido demonstrada na recolha de bens aquando do desafio dos presépios pelos lugares. Agradeceu à Junta a prontidão na resposta ao repto lançado, criando todas as condições para que a recolha e armazenamento tenham sido efetuados atempadamente.

Por último destacou a atividade de limpeza da freguesia pela altura da Páscoa - “Santa Marta Limpa”, dizendo que é uma atividade iniciada pelo executivo anterior, mas que decorreu de uma forma mais alargada o que permitiu uma maior distribuição pelos lugares, possibilitando a participação da população

nas suas zonas de residência, dando-lhes assim mais visibilidade. Concluiu, agradecendo a todos os participantes que forma voluntária se prontificaram a apoiar na manutenção dos espaços públicos.

Tomou a palavra António Manuel Negrão Antunes, da coligação PSD/CDS que após cumprimentar os presentes, questionou o Presidente da Junta sobre o ponto de situação acerca das deliberações da Câmara Municipal. Continuou louvando a continuidade do projeto Santa Marta Limpa agora rebatizado como Ruas Limpas, reforçando que embora a atividade tenha sido feita por mais dias, considera que este aumento não significou melhor qualidade do serviço, até porque lhes fizeram chegar algumas lacunas de limpeza no lugar de Samonde e também nos jardins da Urbanização da Bela Vista. Por fim indicou que têm algumas preocupações com abatimento na rua Vale do Lima, que apesar de estar sinalizado a deterioração tem sido significativa, sobretudo nesta fase em que estão a ser realizadas obras que podem contribuir para um agravamento das condições.

Tomou a palavra Márcio Filipe Martins Vieira, da bancada do PS, que após cumprimentar os presentes, começou por reiterar as palavras da colega Sílvia Silva, felicitando o executivo pelas atividades desenvolvidas até à data. Questionou o executivo sobre quais os projetos, conforme plano de atividades para o ano 2022 apresentado na última Assembleia, que estão previstos avançar brevemente e quais os passos já dados junto das entidades competentes para que as obras de possam iniciar. Questionou também sobre a obra do Souto da Silva e da Avenida Cidade de Viana.

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo, Nuno Miguel Farias Ferraz, que após cumprimentar os presentes, começou por esclarecer as questões colocadas pelo Sr. Orlando Antunes, começando por dizer que a decisão tomada pelo executivo foi com base no email recebido da SGMAI (Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna), em relação ao contrato assume que houve um lapso da parte do executivo, mas que o mesmo está na secretaria disponível para consulta de qualquer cidadão e que será enviado por email nos próximos dias. Em relação às lojas do concurso que não

estavam publicadas na página da Associação, após ter questionado a Associação Empresarial de Viana do Castelo, as mesmas foram colocadas logo de seguida.

Relativamente ao horário de trabalho, ele só foi comunicado em reunião do executivo em fevereiro porque a primeira reunião foi a 10 de janeiro e nessa altura ainda não estavam ocorrentes dessa informação, por isso só anunciaram na reunião de fevereiro. Relativamente ao serviço de apoio à submissão do IRS informou que o mesmo será prestado pelo contabilista certificado, Paulo Alexandre Araújo, gratuitamente.

Orlando Lopes Parente Antunes, solicitou autorização ao Sr. Presidente da Mesa para dar nota ao Sr. Presidente da Junta que não percebeu relativamente à situação de Presidente da Junta a meio tempo, o porquê com efeitos a 1 de janeiro quando na reunião de 10 de janeiro ainda não tinha tomado essa decisão.

O Presidente da Junta de Freguesia confirmou que essa decisão não tinha sido tomada nessa reunião de janeiro, porque só depois em conversa com o contabilista que lhes dá assessoria sobre estes assuntos é que tiveram conhecimento que entrou em vigor no dia 1 de janeiro a legislação que dá o direito aos Presidentes da Junta a estarem a meio tempo.

Em resposta à Sílvia Silva indicou que houve um vencedor de Santa Marta de Portuzelo e que o valor foi gasto num dos comércios da freguesia. Em resposta ao Sr. António Antunes, sobre as deliberações, indica que irá falar no ponto seguinte. Na questão das ruas limpas, embora a atividade tenha sido prolongada, não se conseguiu chegar a todos os locais da freguesia, e que em relação ao Loteamento da Bela Vista, embora tenha sido feita uma comunicação aos residentes no dia anterior, existiam muitos veículos aquando da limpeza, pelo que se achou prudente, por questões de segurança, não avançar nos canteiros por terem muitas pedras. A situação da Rua Vale do Lima foi comunicada já várias vezes à Câmara, para repararem a mesma e inclusivamente já foi solicitado às Águas do Alto Minho para verificarem se havia alguma fuga e verificou-se que não. Acrescentou que há dias foi recebido um comunicado da Câmara a dar nota que naquela zona irão realizar obras para substituição das condutas de água e pressupõem que a obra de reparação da via será feita após a obra referida,

contudo a situação não está salvaguardada, mas está sinalizada para evitar danos materiais. Em resposta ao Márcio Vieira os projetos que vão avançar serão abordados no ponto seguinte.

Ponto 2: Informação do Presidente da Junta

O Presidente da Junta indicou que são várias as iniciativas e contatos realizados desde a última Assembleia, nomeadamente os votos de louvor que o executivo pretendia entregar durante o mês de abril, mas por incompatibilidade de agendas ainda não foi possível; informou das atividades/ apoio aos santamartamentes que estão a decorrer nas instalações da Junta de Freguesia; deu também nota dos contatos e reuniões realizadas pelo executivo, de 29 de dezembro de 2021 até ao dia 28 de abril, que se anexam a esta ata; procedeu à apresentação do estudo prévio para alargamento da Avenida Cidade de Viana, indicando que já foram feitas abordagens aos proprietários e que até ao momento ninguém se opôs; apresentou o estudo prévio para alargamento do cemitério, que se dividirá em duas fases, e que o Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo já tem conhecimento da proposta e que apenas deu algumas sugestões. Apresentou ainda o estudo prévio para o Souto da Silva, que contempla uma intervenção mais profunda do local e a edificação de um parque inclusivo e, à semelhança dos anteriores, esta proposta já foi apresentada ao Presidente da Câmara Municipal, que recomenda avançar com o processo de licenciamento. Refere ainda que as despesas financeiras da freguesia, que não são alvo de deliberação, estão a ser pagas a um máximo de trinta dias. Em relação as transferências que se encontram por realizar, existem seis projetos em aberto, contudo existem projetos executados pelo anterior executivo que ainda não foram deliberados pela autarquia. Será anexada a esta ata, documentação detalhada referente a este ponto.

Ponto 3: Apreciação, discussão e votação do Relatório de Atividades e dos documentos de Prestação de Contas relativas ao ano 2021

O Presidente da Junta apresentou o Relatório de Atividades e dos documentos de Prestação de Contas relativas ao ano 2021, que se anexa a esta ata e foi aprovado por unanimidade.

Ponto 4: Apreciação e avaliação do Inventário de Bens

O Presidente da Junta apresentou os mapas sínteses de bens da Freguesia e o mapa de abates, que se anexam a esta ata. Sobre o mapa de abates destacou a situação da retroescavadora porque apesar de constar do inventário da Junta de Freguesia só encontraram o livrete e não o registo de propriedade. Assim e após consulta das atas da Freguesia apenas encontraram dois momentos onde se refere a retroescavadora. A primeira na ata de 30 de novembro de 1990, ata n.º 241 das reuniões do executivo, onde tinha a indicação que se procedeu à solicitação de um orçamento à empresa Araújo & Rocha, Lda para aquisição de uma retroescavadora. O segundo momento, data de 30 de janeiro de 1994, ata n.º 280 das reuniões do executivo onde ficou decidido fazer um seguro da retroescavadora. Entre este período temporal não existe nenhuma referência sobre a aquisição da máquina, assim não falta de informação que pudesse identificar o equipamento o executivo decidiu consultar o Comandante do Posto da GNR de Viana do Castelo que informou que o equipamento se encontra registado em nome da Araújo & Rocha, Lda, NIPC 500 588 767 desde o dia 10 de fevereiro de 1988 até aos dias de hoje. O mesmo equipamento teve um seguro de responsabilidade civil contratado por esta Junta de Freguesia desde 14 de abril de 2001 até 14 de abril de 2015. Com esta informação foi consultada a ANAFRE por forma a tentar encontrar a melhor solução para resolução desta situação, tendo esta Associação sugerido o desmantelamento num centro de abate. Por uma questão de transparência o Presidente informou que é intenção do executivo consultar pelo menos duas entidades de abate e desmantelamento de veículos localizadas em Viana do Castelo, a RECIFE – Desmontagem de Veículos, Lda e a Recirosa, Lda, entidades devidamente licenciadas pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente para procederem à recolha e desmantelamento do equipamento.

Ainda sobre o inventário o Presidente da Junta de Freguesia informou que este executivo tem como objetivo tentar identificar os terrenos que constam nas cadernetas que têm em posse para posteriormente também os incluírem no inventário.

O elemento da bancada do PS, Márcio Vieira, pede para tomar a palavra e questionou o Presidente se a Junta de Freguesia tinha conhecimento da existência da retroescavadora, onde é que se encontrava e que em estado se encontra. O Presidente da Junta respondeu informando que quando se iniciou o inventário não tinha conhecimento da existência da retroescavadora, apenas lembranças pessoais da sua infância e que ninguém sabia do seu paradeiro. Apenas, dias após terem começado a questionar sobre a mesma é que aparece de forma caricata, tendo sendo inclusive mudada de local sem terem dado conhecimento ou pedido autorização à Junta de Freguesia. Terminou dizendo que neste momento é um equipamento obsoleto.

Ponto 5: Discussão e votação da alinação do terreno do cemitério

O Presidente apresentou a proposta de forma a regularizar a permuta de um terreno cedido à Junta de Freguesia em 1998, sendo este um assunto de extrema importância, até porque só existem oito sepulturas disponíveis. Foram tomadas diligências de forma a perceber o ponto de situação e, nesta fase, concluiu-se que foram cedidos 800m² pelo que o Presidente solicita autorização para avançar com a regularização do referido terreno. Nuno Ferraz, após apresentação da documentação sobre processo informou que consultaram a ANAFRE, por forma a acelerar a resolução deste assunto, que os informou que o executivo com base na documentação em posse não precisava de trazer esse assunto a esta Assembleia mas no entanto por uma questão de transparência e decisão conjunta decidiram apresentar o ponto de situação de regularização da permuta dos 800m² do terreno pertencente à Junta de Freguesia em contrapartida da cedência que foi feita em 1998 pelo Sr. Augusto Gonçalves Coruche para o alargamento do cemitério e arruamento adjacente. Neste sentido propõem a discussão e votação

por forma que a autorização para a realização da escritura seja dada pela assembleia e não apenas pelo executivo.

O elemento da bancada do PSD/CDS, Orlando Antunes, pede para tomar a palavra, dando nota que já tinha referido ao Sr. Presidente da Junta na reunião preparatória desta Assembleia que o título do ponto que estamos a discutir não é propriamente a votação da alienação do terreno do cemitério, mas sim regularizar a permuta muito bem apresentada pelo Sr. Presidente da Junta. Acrescentou que esta permuta foi uma batalha ao longo dos anteriores executivos para conseguir a declaração que foi assinada em março de 2021 pelo Presidente da Câmara que cessou funções e que foi a peça chave para agora se resolver este imbróglio. Deu nota que não vão votar nenhuma alienação e questiona o Sr. Presidente da Junta, relativamente à situação deste terreno, se a junta o vai adquirir o terreno e se existem valores para a compra do mesmo. O elemento da bancada do PS, Márcio Vieira, pede para tomar a palavra e inicia a intervenção dizendo que na última Assembleia um membro da bancada da coligação PSD/CDS lamentou o fato de o Sr. Presidente da Junta de Freguesia não ter referido que o alargamento do cemitério era uma proposta da bancada da coligação PSD/CDS. Efetivamente o alargamento já é uma proposta do PSD há anos, mas não tem passado disso. Após consulta às atas da Assembleia de Freguesia desde dezembro de 2017 só encontrou três referências relativamente a este assunto. A primeira na intervenção de um membro da bancada do PSD onde realça as seguintes obras do plano de atividades para 2018, o alargamento do cemitério, a requalificação do Souto da Silva e a Casa das Associações. Questionou o Sr. Presidente da Junta em que estado lhe foi entregue a obra do alargamento do cemitério e se algum passo foi dado pelo executivo anterior. Continuou dizendo que a segunda referência é feita no plano de atividades de 2019 e por fim a última sobre este assunto consta na Ata da Assembleia de 26 de abril de 2019 onde um membro da bancada Amar Santa Marta questiona entre outras coisas, qual o estado da obra do alargamento do cemitério. Questão à qual o Sr. Presidente da Junta em exercício na altura respondeu que relativamente ao cemitério há um problema de terrenos que ainda

não está resolvido, dando a entender que pelos executivos anteriores. Acrescentou que só após a sua resolução é que o executivo poderia avançar com essa obra.

Márcio Vieira, diz que a bancada do PS entendeu que a intervenção feita pela oposição na Assembleia anterior tinha como objetivo tentar transparecer que a lista do PS afinal não conhecia tão bem a Freguesia como a lista da coligação do PSD/CDS. Continuou dizendo que face ao que foi transmitido pelo Sr. Presidente da Junta, Nuno Ferraz, que sinalizou documentos já com décadas sobre este assunto é que afinal o PSD nunca soube foi gerir prioridades. Disse que efetivamente este executivo tem hoje informação que não tinha na altura da campanha eleitoral e esta obra é o maior desafio de curto prazo apesar da última referência à mesma nas Assembleias ter sido feita em abril de 2019.

Terminou a intervenção saudando o executivo por ter tido a audácia de pegar neste assunto e desejou que consigam dar os passos necessários para que deixe de ser apenas mais um ponto de sucessivos manifestos eleitorais.

O elemento da bancada do PSD/CDS, Orlando Antunes, pede a palavra para defesa de honra, relembrando a bancada do PS que a chave para resolver este processo foi conseguida em março de 2021 pelo anterior executivo. Sem a assinatura desse acordo com o Presidente da Câmara nada disto seria possível e agora, e bem, este executivo com a chave deste imbróglio vai prosseguir com esta assunto. Relembrou também que este executivo em campanha nunca falou no projeto cemitério e referiu que Sr. Presidente da Junta quando tomou posse disse que não tinha noção que o cemitério era uma prioridade para a Junta de Freguesia.

Em resposta às questões colocadas, o Presidente da Junta informa que ainda não existem valores para a aquisição do terreno. Têm indicação que haverá uma aquisição por parte de um particular e depois uma cedência à Câmara. Acrescenta que em falta de acordo há sempre a possibilidade de solicitar utilidade pública porque neste momento o cemitério apenas tem oito sepulturas disponíveis e é urgente para a Freguesia resolver este problema. Relativamente a este processo após verificarem todos os dados disponíveis concluíram após indicação do Sr. António Oliveira que numa fase inicial houve algum desleixo tanto por parte do executivo como por parte do proprietário no registo do terreno. Acrescentou que

desde dessa altura até à reta final do último mandato não há nenhuma informação sobre este processo, tendo sido uma prioridade do anterior executivo no final do mandato onde se verifica que ocorreram algumas trocas de emails que resultou na tal declaração, mas andámos quase 20 anos sem algum procedimento para tentar resolver esta situação. Quanto ao estado da obra não há estado porque tem que se resolver este processo urgentemente para que se possa fazer o estudo prévio.

Pedro Rocha, na qualidade de membro da bancada do PS, fez a seguinte observação, dizendo que se confirma como já tinha sido referido na última Assembleia que o alargamento do cemitério não estava no manifesto eleitoral do PS porque por razões que considera óbvias a lista do PS não teve acesso a informação tão minuciosa como terá tido a lista da coligação PSD/CDS. Não foi prioridade para o PS porque consultando, como referiu Márcio Vieira, os documentos que são públicos, nos últimos quatros anos só há três referências sobre este assunto e se o Sr. Presidente da Junta acabou de referir que neste momento só há oito espaços disponíveis parece-lhe claramente que o ponto crítico já foi ultrapassado há bastante tempo e se esta situação nunca foi referida em nenhuma Assembleia a lista do PS não poderia chegar em momento algum à conclusão que este assunto seria prioritário. Voltou a relembrar que na reunião de transição com toda a colaboração do anterior executivo ficou claro que este assunto é prioritário. Continuou dizendo que só há dois caminhos possíveis, um é resolver a situação, e este passo, votação da Assembleia para autorizar o Presidente da Junta a regularizar esta situação, foi pedido pelo solicitador. O outro caminho, que ninguém deseja, é isto não ter solução no imediato que é uma possibilidade também em cima da mesa.

Pedro Rocha, na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia, referiu que isto foi um pedido feito pelo solicitador e propôs que a Assembleia votasse de acordo com o seguinte texto que leu: “Esta Assembleia de Freguesia autoriza o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo, Nuno Ferraz, para proceder à regularização de permuta de 800m² de terreno pertencente a esta Junta de Freguesia, em contrapartida da cedência que foi feita em 1998 pelo Sr.º Augusto Gonçalves Corucho, destinado à ampliação do Cemitério e

beneficiação do caminho público contíguo (Obras que já se encontram executadas e ocupadas pela dita Junta de Freguesia). Assim, o terreno do referido proprietário passa a ter as seguintes confrontações: Norte - Herdeiros da Família Rocha; Sul - Avenida de Acesso ao Cemitério (atual Av.^a Cidade Viana); Nascente - António da Rocha Camelo; Poente - Cemitério” que foi aprovado por unanimidade.

Ponto 6: Discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o mandato 2021-2025

O Presidente da Assembleia apresentou as alterações propostas ao regimento, que resultaram da reunião de um grupo de trabalho, constituído pelo Presidente da Assembleia, Pedro Rocha, de dois membros da bancada do PS, Ana Rita Pereira e Lino Rodrigues e de dois elementos da bancada do PSD/CDS, António Antunes e Elisabete Meixedo, tendo as alterações propostas sido aprovadas por unanimidade.

Ponto 7: Intervenção do público

Interveio Marcelino Ferreira que cumprimentou todos os presentes e felicitou o executivo, mesa da assembleia e oposição pela sua disponibilidade. Indicou que sai bastante satisfeito por durante a assembleia terem sido tratados assuntos de interesse da freguesia e manifestou a sua preocupação com a colocação dos detritos nos contentores, sendo de extrema importância punir os infratores.

Interveio Pedro Vaz que após cumprimento de todos os presentes colocou um conjunto de questões que seguem como anexo a esta ata.

Interveio Vítor Soares, que após cumprimentar todos os presentes, disse que na Assembleia anterior um elemento da bancada do PSD que a grande obra deste executivo só constava do programa do PSD. No entanto pelo que percebeu foram nesta Assembleia dados grandes passos para resolver estes “rabos de palha” deixados por outras gerações para serem resolvidos por estas gerações de agora. Questiona o Presidente da Junta se acha aceitável que não esteja resolvido um assunto que já vem do século passado, acrescentando que há intervenientes que inclusive já faleceram.

Interveio Lúcia Amorim que após cumprimentar os presentes, questionou o Presidente da Junta sobre o alargamento da Rua Dr. Ramos, situação pela qual tem vindo a lutar nos últimos anos, até porque o arruamento não tem dimensões para veículos de maiores dimensões, nomeadamente ambulâncias.

Em resposta a estas intervenções o Presidente da Junta respondeu que relativamente à questão do Marcelino, o problema está identificado e tem-se reunido esforços para minimizar os resíduos. Em resposta ao Pedro Vaz a junta ainda não disponibilizou as atas, porque tem havido dificuldades com a empresa que trata do website, mas as atas estão disponíveis na secretaria; em relação às limpezas compreende, mas a falta de mão-de-obra tem sido uma dificuldade, embora haja todo o interesse em melhorar a limpeza; em relação à campanha Ruas Limpas o critério foi a continuidade; em relação ao poste a junta já foi alertada e informou a Câmara Municipal que deverá fazer a alteração; relativamente à deliberação do valor de 50.000€ logo que seja transferido, será utilizado para algum projeto da freguesia; em relação à situação do Pedro Sousa o Presidente entende que não há conflito de interesses; Em resposta ao Vítor a questão do cemitério já foi abordado; Em resposta à Lúcia Amorim já falou com ela e efetivamente é um problema que se vai tentar resolver e logo que estejam reunidas condições será apresentada à camara municipal.

Ponto 8: Votação da ata em minuta

Procedeu-se à leitura da ata em minuta, pelo 1ºsecretário da assembleia de freguesia, Lino Ricardo Soares Rodrigues, tendo sido aprovada por unanimidade.

Santa Marta de Portuzelo, 28 de Abril de 2022
Assembleia de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo

(Pedro Quesado Da Rocha)

(Lino Ricardo Soares Rodrigues)

(Ana Rita Dias Pereira)

(Sílvia Isabel Cruz da Silva)

(Márcio Filipe Martins Vieira)

(Orlando Lopes Parente Antunes)

(António Manuel Negrão Antunes)

(Judite de Jesus Rodrigues Sôra)

(Maria Elisabete Parente Oliveira Meixedo)